



A EXECUTIVIDADE DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS: ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)¹

THE ENFORCEMENT OF ELECTRONIC CONTRACTS: SUPERIOR COURT OF JUSTICE (STJ) POSITIONING ANALYSIS

Rosalina Moitta Pinto da Costa²

Manuel Albino Ribeiro de Azevedo Junior³

RESUMO: Esta pesquisa objetiva analisar a executividade dos contratos eletrônicos. Utilizando o método dedutivo com revisão doutrinária e análise da jurisprudência do STJ como opção metodológica, parte-se do estudo dos impactos da tecnologia no processo, situando os contratos eletrônicos entre as consequências dos avanços tecnológicos e das relações socioeconômicas contemporâneas. Em seguida, estuda-se o título executivo, cujos requisitos são impostos taxativamente pela lei, para, após, demonstrar-se que não há óbices a que o título exista eletronicamente. Ao final, conclui-se pela executividade do título eletrônico em razão da equiparação da certificação digital à assinatura das testemunhas, conforme posicionamento do STJ.

PALAVRAS-CHAVE: Título executivo extrajudicial; contratos eletrônicos; virada tecnológica; certificação digital; assinatura das testemunhas.

¹ Artigo recebido em 04/12/2021 e aprovado em 16/03/2022.

² Doutora em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Direito Ambiental (UFPA). Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará (ESMPA). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da UFPA. Belém, Pará, Brasil. E-mail: rosalina.costa@hotmail.com

³ Mestrando em Direito na Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-graduado em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais. Pós-graduado em Direito Processual Civil Individual e Coletivo pelo Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa). Graduado em Direito pelo Cesupa. Advogado do Escritório Siqueira, Lima e Erichsen Advogados Associados. Belém, Pará, Brasil. E-mail: albinoazevedo.adv@gmail.com



ABSTRACT: This research aims to analyze the enforceability of electronic contracts. Using the deductive method with doctrinal review and analysis of STJ jurisprudence as a methodological option, it starts with the study of the impacts of technology on the process, placing electronic contracts among the consequences of technological advances and contemporary socioeconomic relations. Then, the executive title, whose requirements are imposed by law, is studied, in order to demonstrate that there are no obstacles for the title to exist electronically. In the end, it is concluded that the electronic title is enforceable due to the equivalence of the digital certification to the signature of the witnesses, according to the position of the STJ.

KEYWORDS: Extrajudicial executive title; electronic contracts; technological turn; digital certification; signature of witnesses.

1. INTRODUÇÃO

A execução notabiliza-se entre os processualistas como um dos grandes problemas do direito processual contemporâneo, demonstrado pelos seus expressivos números negativos em comparação à fase de conhecimento⁴. Esse cenário não apresentou melhoras nos primeiros anos após a vigência do Código de Processo Civil (CPC), a partir de 2016⁵, ainda havendo grande caminho a ser trilhado e muito a ser discutido sobre as técnicas e opções legislativas do Código.

⁴ Assevera Flávia Pereira Hill: “A execução, seja fundada em título executivo judicial (fase de cumprimento de sentença) ou extrajudicial (ação autônoma), se afigura substancialmente mais morosa do que a fase de conhecimento e ostenta taxas significativamente mais elevadas de congestionamento”. Lastreada no Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2020, a autora acrescenta: “A taxa de congestionamento da execução, na Justiça Estadual, monta a 82%, e, na Justiça Federal, a 88%” (HILL, Flávia Pereira. Produção antecipada da prova para a busca de bens no patrimônio do devedor: rumo a uma execução mais efetiva e racional. *In Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, ano 15, v. 22, n. 2, maio/ago. 2021, pp. 303-304).

⁵ Nesse sentido, lecionam Dierle Nunes e Tatiana Costa de Andrade: “A propósito, ao se compararem os dados publicados pelo CNJ no Relatório Justiça em Números dos anos de 2017, 2018 e 2019, no ponto denominado ‘Gargalos da execução’, verifica-se que não houve sinais de mudanças significativas no impacto negativo gerado pela fase (procedimento) de execução nos dados de litigiosidade do Poder Judiciário brasileiro de 2016 até 2018 (NUNES, Dierle; ANDRADE, Tatiane Costa de. Tecnologia a serviço da efetividade na execução: uma alternativa aos dilemas do art. 139, IV, CPC: iniciando a discussão. *In Revista de Processo*, São Paulo, v. 45, n. 303, maio 2020a, p. 426).



A crise da execução na contemporaneidade deve-se ao descrédito do Poder Judiciário, aliado aos baixos índices de eficiência e de êxito do processo executivo. Nesse sentido é que se torna movimento comum a busca do estabelecimento de títulos executivos extrajudiciais como forma de aceleração ou de simplificação do processo.

Nesse atual cenário, marcado pelo constante progresso tecnológico, pela diminuição das distâncias e pela ampliação das relações sociais e comerciais, a regulamentação de negócios jurídicos em ambiente virtual representa um grande avanço.

A revolução tecnológica que se vivencia atualmente é uma realidade, e o direito já tem recebido grandes influências do cenário digital, com a implementação de alterações na forma de institutos pela inserção de meios ou de soluções tecnológicas, ou até mesmo com a criação de institutos jurídicos puramente nascidos do mundo virtual.

O presente estudo objetiva analisar a executividade dos títulos executivos extrajudiciais eletrônicos.

Inicia-se com o estudo dos impactos da tecnologia no campo do direito processual, em especial na execução, apresentando-se os contratos eletrônicos como uma consequência dos avanços tecnológicos e das relações sociais e econômicas contemporâneas. Em seguida, estuda-se o título executivo, cuja previsão e cujos requisitos são impostos taxativamente pela lei; após, analisam-se os contratos eletrônicos visando demonstrar que não há óbices a que o título executivo extrajudicial exista apenas eletronicamente, dada a evolução da sociedade e do comércio, onde não mais se exige a apresentação do documento original fisicamente.

Ao final, conclui-se, seguindo o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pela executividade do título eletrônico em razão da equiparação da certificação digital à assinatura das testemunhas, admitindo-se que os títulos eletrônicos são compatíveis com o ordenamento jurídico processual.

A pesquisa utilizou o método dedutivo com revisão doutrinária e análise da jurisprudência do STJ como opção metodológica.

2. A VIRADA TECNOLÓGICA E SEUS IMPACTOS NA EXECUÇÃO CIVIL BRASILEIRA



É essencial compreender o contexto atual e seus impactos, decorrentes de um movimento que se iniciou no final da década de 90 do século XX e nos primeiros anos do século XXI, que é a virada tecnológica no direito⁶. Os avanços tecnológicos ganham então cada vez mais espaço em todas as áreas, especialmente com a implementação de ferramentas de publicidade, o que afetou a prática de atos processuais e o próprio processo judicial eletrônico.

Assim, o ímpeto principal é verificar os impactos dessa virada tecnológica no campo do direito processual, sua influência sobre institutos jurídicos antigos e novos, os cenários que se apresentam ao futuro e algumas perspectivas relevantes na execução.

Assevera Dierle Nunes que há essencialmente três etapas de implementação tecnológica no processo civil: a primeira é a virtualização de processos, que já está ocorrendo; a segunda é a automação de atividades repetitivas; a terceira será a transformação de atos e institutos mediante o emprego da inteligência artificial⁷.

É fulcral que o advento da tecnologia na seara do processo almeje a concretização de interesses públicos, ou seja, que proporcione o estudo e a aplicação de conhecimentos tecnológicos a fim de promover práticas processuais que alcancem, ao final, benefícios públicos⁸.

Diversos são os campos processuais em que a aplicação da tecnologia já se está tornando regra, como o próprio processo judicial eletrônico, graças a sistemas informatizados de pesquisa de informações e patrimônio, como o SisbaJUD, o RenaJUD e o InfoJUD, além da recente implementação do “Juízo 100% digital” disposto pela Resolução n.º 345/2020 do CNJ, que objetiva fomentar a tramitação de demandas judiciais integralmente por meio virtual, facilitando o acesso à justiça.

⁶ NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia? In: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 19.

⁷ NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia? In: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 27-28.

⁸ NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia? In: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 20.



Um dos campos de maior crescimento na virada tecnológica é a implementação de *online dispute resolutions* (ODR)⁹, que consistem na aplicação da tecnologia da informação e comunicação para prevenir, gerenciar e resolver conflitos. A ideia central é possibilitar uma variedade de tecnologias de informação e comunicação, que variam do serviço de bate-papo ou videoconferência à utilização de inteligência artificial para a obtenção de propostas de solução por modelos algorítmicos¹⁰.

O uso de algoritmos também tem uma grande propensão para resolver problemas procedimentais, estabelecendo padrões e regras, pois, a partir do desenvolvimento de algoritmos, é possível promover automaticamente uma tarefa que atenda a normas jurídicas devidamente transplantadas para suas análises¹¹.

Em um cenário mais profundo e desenvolvido, a utilização de inteligência artificial também tem o potencial de ofertar meios de maior eficiência processual, mediante a busca e a análise automática de dados de conflitos e a percepção de tendências e padrões que antes não eram identificáveis¹², assim visando traçar perfil de litigantes, aprimorar a prestação jurisdicional com a identificação de casos repetitivos e de teses jurídicas aplicáveis ao caso.

A virada tecnológica do direito ganha força no cenário de hiperjudicialização que temos vivido no Brasil¹³, especialmente no âmbito da execução, com a constante busca da

⁹ NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia? In: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 36.

¹⁰ NUNES, Dierle; PAOLINELLI, Camilla Mattos. Novos designs tecnológicos no sistema de resolução de conflitos: ODR, e-acesso à justiça e seus paradoxos no Brasil. In *Revista de Processo*, São Paulo, v. 46, n. 314, abr. 2021, p. 398.

¹¹ NUNES, Dierle; ANDRADE, Tatiane Costa de. Tecnologia a serviço da efetividade na execução: uma alternativa aos dilemas do art. 139, IV, CPC: mais um passo na discussão - PT 2. In *Revista de Processo*, São Paulo, v. 45, n. 304, jun. 2020b, pp. 350-351.

¹² NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia? In: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 50.

¹³ Conforme assevera Ricardo Villas Boas Cueva, a despeito de várias reformas processuais e dos esforços para promover métodos consensuais e extrajudiciais de resolução de conflitos, as estatísticas indicam que o país tem um dos maiores estoques de processos judiciais do mundo, com aproximadamente 80 milhões de processos, e um elevado índice de congestionamento, cerca de 70% (CUEVA, Ricardo Villas Boas. *Inteligência artificial no Judiciário*. In NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 79).



efetividade, da celeridade dos procedimentos burocráticos, do maior acesso à informação, entre outras metas.

No processo executivo, muito já se estuda sobre a criação de bancos de dados mais amplos e informatizados, o cruzamento de informações cada vez mais sofisticado, a máxima exploração da interligação entre as bases de dados existentes, como as da Receita Federal, tudo com o fito de acender novas luzes nesse ambiente que traz tantos dissabores aos que buscam a completude da tutela jurisdicional¹⁴.

Diante desse contexto, o emprego da tecnologia deve ser encarado pelo Direito como uma verdadeira virada que induzirá a releitura de institutos, desde o âmbito propedêutico até o delineamento da refundação das técnicas processuais para que possam atingir bons resultados, desde que respeitadas as normas fundamentais atinentes ao modelo constitucional de processo¹⁵.

O atual estágio da sociedade da informação demanda a modernização do Estado, não apenas para fazer frente a esse número expressivo de demandas, como também para possibilitar a mineração de dados estratégicos para o planejamento da gestão. Nesse contexto, o uso da tecnologia é não apenas uma realidade, mas também uma necessidade¹⁶.

Conforme afirma Dierle Nunes, a incorporação da tecnologia ao procedimento como meio de adequação procedimental, para além das tradicionais abordagens, pode representar um dos capítulos mais virtuosos da virada tecnológica no direito processual¹⁷.

Em suma, os impactos dessa virada tecnológica no campo do direito processual, em especial na execução, exercem influência sobre institutos jurídicos, levando à releitura desde o âmbito propedêutico até o delineamento das técnicas processuais, desde que se respeitem

¹⁴ NUNES, Dierle; ANDRADE, Tatiane Costa de. Tecnologia a serviço da efetividade na execução: uma alternativa aos dilemas do art. 139, IV, CPC: mais um passo na discussão - PT 2. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 45, n. 304, jun. 2020b, p. 350.

¹⁵ NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia? In: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 19.

¹⁶ CUEVA, Ricardo Villas Bôas. Inteligência artificial no Judiciário. In: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 80.

¹⁷ NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia? In: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 50.



as normas fundamentais relativas ao modelo constitucional de processo. Nesse cenário, encontram-se os contratos eletrônicos, consequência dos avanços da tecnologia e das relações sociais e econômicas, que, como uma realidade contemporânea, não podem ser rejeitados pelo sistema processual.

3. O TÍTULO EXECUTIVO E SEUS REQUISITOS ESSENCIAIS

A execução forçada da obrigação inadimplida pelo devedor é aplicável em nosso ordenamento em uma fase (fundada em título executivo judicial) ou em um processo de execução (fundado em título executivo extrajudicial), no qual, por meio de uma atividade eminentemente judicial, realiza-se a prestação que uma parte deveria ter efetuado em favor da outra. O juiz, substituindo o devedor, utiliza coativamente bens do patrimônio desse devedor a fim de satisfazer o direito subjetivo do credor¹⁸.

O processo de execução, fundado em um título executivo extrajudicial (Livro II, Título I do CPC/2015), tem origem histórica na *actio iudicati* do direito romano¹⁹, que, apesar de perdido por alguns anos, retomou força no contexto do final da Idade Média e nos primórdios da era moderna, com o aparecimento dos títulos de crédito para atribuir maior liquidez às relações comerciais, atendendo às exigências do mercado²⁰.

Em nosso ordenamento jurídico atual, o direito de promover uma demanda executiva obrigatoriamente passa pela existência de um documento ao qual a lei atribua eficácia executiva, o denominado título executivo. A regra de que não há execução sem título (*nulla executio sine titulo*) impõe que a atividade executiva, provisória ou definitiva, somente pode

¹⁸ THEODORO JR., Humberto. *Processo de execução e cumprimento da sentença*. 29. ed. São Paulo: Leud, 2017, p. 35.

¹⁹ No período formulário, o credor que não tivesse a obrigação satisfeita espontaneamente pelo devedor, mesmo após reconhecida perante um *judex* (particular a quem era atribuído, no caso concreto, o papel de julgar), deveria valer-se da *actio iudicati*, proposta perante o *praetor* (agente estatal que detinha o *imperium*). Logo, a execução forçada, quando necessária, reclamava a intervenção em ação especial (*actio iudicati*) de um agente do Estado (THEODORO JR., Humberto. *Processo de execução e cumprimento da sentença*. 29. ed. São Paulo: Leud, 2017, p. 36).

²⁰ THEODORO JR., Humberto. *Processo de execução e cumprimento da sentença*. 29. ed. São Paulo: Leud, 2017, p. 36.



ser instaurada se for apresentado um instrumento de um ato jurídico a que a lei atribua a eficácia executiva²¹.

O título é “a representação de ato judicial ou extrajudicial que externa a exigibilidade de provável direito material tendo em conta a significação e a potencialidade que lhe dá o expediente processual executivo”²². Visa, assim, a realização da tutela satisfativa processual que é exigível em razão da provável existência de uma pretensão material.

Sendo imperiosa a existência de um título executivo, é assentado na doutrina que ele assim é reconhecido por ser revestido das formalidades que a lei exige, com conteúdo também especificado pela lei, apto a propiciar ao seu portador a utilização das vias do processo de execução²³. Logo, o que importa é a catalogação legal feita pelo CPC ou por lei extravagante. Por isso, os títulos executivos são reconhecidos como *numerus clausus*²⁴.

Com base na célebre discussão que se travou acerca da natureza do título²⁵, podemos diferenciar o *título material*, que é o ato normativo, que imputa a alguém o dever de prestar, e o *título formal*, que é a documentação desse ato jurídico²⁶. Uma vez documentado, esse ato

²¹ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil: execução*. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 5, p. 87.

²² SCARPARO, Eduardo. Direito material, processo e título executivo. In *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 26, n. 103, jul./set. 2018, pp. 114-115.

²³ THEODORO JR., Humberto. *Processo de execução e cumprimento da sentença*. 29. ed. São Paulo: Leud, 2017, p. 72.

²⁴ SCARPARO, Eduardo. Direito material, processo e título executivo. In *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 26, n. 103, jul./set. 2018, p. 116.

²⁵ Liebman e Carnelutti travaram célebre debate. Carnelutti ensinava ser função do título executivo fornecer a prova do crédito, sob a forma não de prova livre, mas de prova legal (CARNELUTTI, Francesco. Documento e negozio giuridico. *Rivista di Diritto Processuale Civile*, Padova, 1926, v. 3, n. 1, 1926, p. 181). Já para Liebman, o título executivo seria um ato jurídico que incorpora a sanção, isto é, que exprime a vontade concreta do Estado de que se proceda a determinada execução; teria, destarte, força constitutiva, pois seria o título o que faz nascer a ação executiva, dando ao credor o direito de a promover, sujeitando o devedor a sofrê-la e impondo aos órgãos do Estado o dever de pôr a sua atividade ao serviço da mesma ação (LIEBMAN, Enrico Tullio. *Embargos do executado*. Tradução de J. Guimarães Menegale. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1968, p. 124). De um modo geral, a doutrina congregou a teoria de Carnelutti e a de Liebman, entendendo que o título executivo não é a prova da tutela jurisdicional decorrente de fase de cognição ou prova convencional. Ele representa a eficácia executiva que se atribui a um ato judicial ou extrajudicial, sendo a representação de uma eficácia executiva para a realização da tutela satisfativa processual que é exigível em razão da provável existência de uma pretensão material (LIMA, Alcides de Mendonça. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro, Forense, 1974. v. 6, tomo 2, p. 278; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução civil*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 487; SHIMURA, Sergio Seiji. *Título executivo*. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 139; SCARPARO, Eduardo. Direito material, processo e título executivo. In *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 26, n. 103, jul./set. 2018, p. 115, entre outros).

²⁶ O título executivo apresenta dois enfoques que se ligam entre si, o que, às vezes, dificulta sua distinção: um aspecto formal, que são seus elementos extrínsecos exigidos pela lei para que se possa ingressar com a execução; um aspecto substancial ou material, que é o elemento intrínseco do título e diz respeito ao direito que nele está incorporado. Em segundo lugar, há um nexo muito grande entre ambos os aspectos, porque, por



tem o efeito jurídico de permitir a instauração da atividade executiva para efetivar a norma jurídica nele contida. O título executivo é o documento que certifica um ato jurídico normativo, que atribui a alguém um dever de prestar líquido, certo e exigível, a que a lei confere o efeito de autorizar a instauração da atividade executiva²⁷.

Assim, inerente ao procedimento executivo, é a existência do título, que deve possuir a devida previsão e o enquadramento na lei. Os requisitos essenciais de ajuizamento e de processamento de uma execução, em regra, são plenamente aferíveis no *próprio título executivo*, que deve dar conta desses elementos para fins de dispensar o exame aprofundado da pretensão material veiculada na execução²⁸. Como afirma Humberto Theodoro Júnior, o título apresenta-se como “a expressão integral das condições da ação executória”²⁹.

Igualmente, basta a apresentação do título executivo para que se funde uma demanda executiva, sendo dispensável a verificação integral do suporte fático que embasa o título; são suficientes apenas os elementos necessários para sua formação e para a identificação dos seus requisitos essenciais. Dessa doutrina, resulta a eficácia abstrata do título executivo³⁰.

exemplo, a certeza (aspecto formal) diz respeito ao direito incorporado ao título (aspecto material), mas, ao analisá-la, dando seguimento à execução, o juiz não investiga o direito que se encontra incorporado ao título (COSTA, Rosalina Moitta Pinto da Costa. Um estudo sobre as condições da ação na execução: tudo como dantes no quartel de Abrantes? *In Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 28, n. 110, abr./jun. 2020, p. 283).

²⁷ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil: execução*. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 5, p. 259.

²⁸ SCARPARO, Eduardo. Direito material, processo e título executivo. *In Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 26, n. 103, jul./set. 2018, p. 118.

²⁹ Nesse sentido, a verificação das condições da ação executiva, quase sempre, será possível pela mera comprovação da existência do título ao qual a lei confere a força executiva (THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Processo de execução e cumprimento da sentença*. 29. ed. São Paulo: Leud, 2017, p. 71).

³⁰ Assevera José Miguel Garcia Medina que o direito processual civil deve adequar-se à realização de determinados fins. Considerando que a finalidade da execução forçada é a obtenção do bem devido, a norma jurídica confere a determinado suporte fático a eficácia de possibilitar, por si só, a realização daquele objetivo, prescindindo-se da verificação da existência do próprio direito. Nisso consiste a chamada eficácia abstrata (ou abstração) dos títulos executivos. O fenômeno da abstração decorre do que a doutrina denominou princípio da simplificação analítica do suporte fático. Por conta desse princípio, tomam-se em consideração apenas alguns elementos do suporte fático para que se possa dar ensejo à produção de seus efeitos; a norma jurídica, diante do título executivo, dispensa que se verifique se existe, efetivamente, o direito material que lhe é subjacente. A presença do título executivo é bastante para que se autorize a realização da execução forçada (MEDINA, José Miguel Garcia. *Execução: teoria geral, princípios fundamentais, procedimento no processo civil brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 144).



Então, a fim de que se possa propor um procedimento executivo, é essencial que o credor apresente um título executivo a partir do qual é possível aferir uma obrigação certa, líquida e exigível³¹.

O título executivo deve representar uma obrigação certa, ou seja, uma obrigação legalmente fundamentada (que a lei reconheça como válida) e que conste expressamente representada no título³². A certeza é demonstrada se a obrigação não depender de qualquer elemento extrínseco para ser identificada, se, pela simples leitura do título, for possível perceber que há uma obrigação contraída, podendo-se, ainda, constatar quem é o credor, o devedor e quando deve ser cumprida³³. Presentes esses elementos, haverá, então, certeza da obrigação³⁴.

A liquidez deve ser relacionada à determinação (ou à possibilidade de ser determinável) da prestação constante do título executivo, vendo-se em tal especificação o conceito de que a dívida é líquida quando o que se persegue é determinado em seus elementos de quantidade (dinheiro), qualidade (coisas diversas de dinheiro), natureza e espécie (prestação de fato)³⁵. Não se confunde, portanto, liquidez com título líquido (que aponte expressamente um valor), mas, antes, com a plena possibilidade de liquidação por meio dos elementos constantes no título.

Quanto à exigibilidade, a obrigação representada no título somente poderá portar eficácia executiva se o direito subjetivo disser respeito à pretensão atual. Assim, a exigibilidade da obrigação significa que seu cumprimento pode ser desde logo determinado

³¹ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil: execução*. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 5, p. 191.

³² “Uma obrigação é certa quando perfeitamente identificada e individualizada em seus elementos subjetivos e objetivos” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. v. 4, p. 204).

³³ A certeza exprime os sujeitos da relação jurídica, o bem devido e a natureza da obrigação (MEDINA, José Miguel Garcia. *Execução: teoria geral, princípios gerais, procedimento no processo civil brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 182).

³⁴ ASSIS, Araken de. *Manual da execução*. 19. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 437; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018, p. 858; MEDINA, José Miguel Garcia. *Execução: teoria geral, princípios gerais, procedimento no processo civil brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 183; DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil: execução*. 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 5, p. 218.

³⁵ MICHELI, Leonardo Miessa de. Títulos executivos: da contribuição de Liebman e Carnelutti aos aspectos atuais. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 227, jan. 2014, p. 129.



pelo juízo³⁶. Assim, é essencial que o termo ou a condição indicada no título tenha ocorrido ou sido cumprida, além de inexistir condição suspensiva, tornando a obrigação atual e, por consequência, exigível.

Verificamos, assim, que a execução forçada, como um ato de força privativo do Estado e realizado por meio da invasão da esfera patrimonial do devedor³⁷, necessariamente deve estar representada em um título executivo, o qual tem sua executividade conferida pela lei. Além disso, o documento (aspecto formal) deve possuir em si representada uma obrigação certa (normativamente amparada), líquida (objeto determinado ou determinável) e exigível (ocorrência do termo ou condição).

Constituído o título e apresentando tais características do direito, ele terá condições de provocar os atos satisfativos da execução no patrimônio do devedor.

Tanto a admissibilidade quanto a fundamentação da execução são deduzidas do exame do título executivo, cujos requisitos são definidos pelo legislador. O legislador enumera os pressupostos de existência e de validade do título, definindo tanto os pressupostos processuais (competência, impedimento), como as condições da ação (interesse, legitimidade), e até mesmo o próprio mérito (pedido e causa).

Assim, para que seja deflagrado o processo de execução³⁸, devem ser observados, além dos requisitos de admissibilidade gerais do processo – pressupostos processuais, legitimidade *ad causam* e interesse de agir – e dos pressupostos de sua existência – pedido, jurisdição e partes –, os requisitos próprios do processo executivo: a apresentação de um título executivo com relação a uma obrigação certa, líquida e exigível consubstanciada no título, cuja inobservância gera, para o credor exequente, a inadmissibilidade do procedimento.

Não há execução sem título que a embase, bem como não existe título executivo sem previsão legal expressa que regule a sua constituição e lhe atribua eficácia executiva. Aplica-

³⁶ SCARPARO, Eduardo. Direito material, processo e título executivo. In *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 26, n. 103, jul./set. 2018, p. 120.

³⁷ THEODORO JR., Humberto. *Processo de execução e cumprimento da sentença*. 29. ed. São Paulo: Leud, 2017, p. 70.

³⁸ Entende-se que o inadimplemento da obrigação não é um requisito para se deflagrar um processo executivo, mas, antes, matéria do próprio mérito da execução. Afinal, “quem já recebeu o que era devido não tem mais o direito que alegara porque não há mais nenhuma obrigação a ser cumprida, e isso é matéria de mérito que deve ser alegada na inicial ou no requerimento da pretensão executiva” (COSTA, Rosalina Moitta Pinto da Costa. Um estudo sobre as condições da ação na execução: tudo como dantes no quartel de Abrantes? In *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 28, n. 110, abr./jun. 2020, p. 285).



se ao processo de execução o princípio da *nulla titulus sine lege*, o que implica dizer que o rol de títulos executivos previstos em lei é taxativo, não podendo o operador do direito criar outros títulos sem prévia disposição legal (CPC, art. 784, XIII).

Servindo o título como demonstração de que o crédito nele representado efetivamente existe, autorizando judicialmente atos de constrição patrimonial, há de se ter um mínimo de segurança para viabilizar a invasão na esfera patrimonial do executado, razão pela qual não existe título executivo sem previsão legal expressa que regule a sua constituição e lhe atribua eficácia executiva. Aplica-se, portanto, ao processo de execução o princípio da *nulla titulus sine lege* (não há título sem lei anterior que o defina), o que implica dizer que o rol de títulos executivos previstos em lei é taxativo, não podendo o operador do direito criar outros títulos não previstos em lei (CPC, art. 784, XIII), ou seja, não existe título executivo sem previsão legal expressa que regule a sua constituição e lhe atribua eficácia executiva.

Desse modo, se somente a lei estipula quais são os títulos executivos e fixa seus características formais indispensáveis, conforme o velho brocardo *nulla titulus sine lege* (não há título sem lei anterior que o defina), seria possível admitir a exequibilidade de um título que fuja à previsão legal?

É o que será tratado nas seções seguintes, quando se analisará a exequibilidade do contrato eletrônico, que não foi concebido pelo legislador.

4. O TÍTULO DE CRÉDITO ELETRÔNICO E A VIRTUALIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O contrato eletrônico é aquele celebrado mediante a utilização de recursos da tecnologia e da informática, sendo determinante o meio pelo qual ele é celebrado, e não propriamente o conteúdo do contrato³⁹.

³⁹ Nesse sentido, aduz Fabiano Menke que contratos eletrônicos formam-se pela internet ou por meio de mecanismos disponibilizados pelas tecnologias da informação e da comunicação, como arquivos eletrônicos, ainda que a contratação não seja realizada pela rede mundial de computadores (MENK, Fabiano. A forma dos contratos eletrônicos. In *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, ano 8, v. 26, jan./mar. 2021, p. 96). Também para Erik Frederico Gramstrup, os contratos eletrônicos em geral – ou contratos eletrônicos “civis” – são aqueles cuja celebração se dá em meio eletrônico. Por seu lado, o meio eletrônico consiste em aparatos de informática (celulares, *tablets*, computadores) ligados em rede, pública ou privada, homogênea ou



Não basta, portanto, que seja apenas apresentado no meio virtual ou que exista materialmente (em papel). A “cártula eletrônica” é a representação virtual na forma de um sistema de computação ou de tecnologia da informação que informatiza a cédula de papel, por meio da transferência de todos os dados e requisitos para o ambiente virtual. O registro e o certificado digital conferem segurança, possibilidade de fiscalização e credibilidade do meio eletrônico⁴⁰.

A inserção de contratos eletrônicos nos mais diversos ambientes sociais advém da expansão dos aparatos tecnológicos⁴¹. Na esteira do que defendem Esperandio, Jorgetto e Martins, esses avanços acarretam efeitos em todas as áreas do convívio humano, inclusive com alterações dos alicerces fundantes da sociedade, o que, evidentemente, deve ser compreendido e devidamente incorporado pelo Direito, sob pena de deixar suas normas e seus institutos ficarem caducos e inservíveis à pacificação dos conflitos e das necessidades econômicas e sociais da atualidade⁴².

Aplicam-se desse modo aos contratos eletrônicos a teoria tradicional dos negócios jurídicos, quanto à verificação das regras relativas à oferta e à aceitação, o princípio da liberdade das formas, os princípios contemporâneos da boa-fé, da função social e do equilíbrio e, por evidente, a obrigatoriedade⁴³. Mas a evolução tecnológica, como não poderia deixar de ser, tem repercussões no direito. Como asseveram Esperandio, Jorgetto e Martins, o princípio da cartularidade⁴⁴ dos títulos de crédito passou a estar em xeque,

não, ou por meio de tecnologia semelhante de fluxo de dados. A declaração de vontade, elemento definidor do negócio jurídico, é formulada em meio eletrônico (GRAMSTRUP, Erik Frederico. Contratos eletrônicos: formação, consentimento, lei e jurisdição aplicável. *In Revista de Direito Recuperacional e Empresa*, São Paulo, v. 8, abr./jun. 2018. DTR\2018\14259).

⁴⁰ ESPERANDIO, Clift Russo; JORGETTO, Leonardo Felipe de Melo Ribeiro Gomes; MARTINS, Marcelo Guerra. Cartularidade versus virtualização dos títulos de crédito no processo civil eletrônico. *In Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 278, abr. 2018, p.197.

⁴¹ Fabiano Menke apresenta alguns exemplos, como o dos contratos negociados e celebrados por *e-mail* ou no âmbito de plataformas de comércio eletrônico e de portais de assinatura de contratos. A pandemia do novo coronavírus acentuou ainda mais a necessidade de vinculação contratual por meio das novas tecnologias da informação e da comunicação (MENK, Fabiano. A forma dos contratos eletrônicos. *In Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, ano 8, v. 26, jan./mar. 2021, p. 101).

⁴² ESPERANDIO, Clift Russo; JORGETTO, Leonardo Felipe de Melo Ribeiro Gomes; MARTINS, Marcelo Guerra. Cartularidade versus virtualização dos títulos de crédito no processo civil eletrônico. *In Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 278, abr. 2018, p. 194.

⁴³ GRAMSTRUP, Erik Frederico. Contratos eletrônicos: formação, consentimento, lei e jurisdição aplicável. *In Revista de Direito Recuperacional e Empresa*, São Paulo, v. 8, abr./jun. 2018, DTR\2018\14259, p. 12.

⁴⁴ Segundo assevera Alice Guanaes Santos, o princípio da cartularidade consiste na prática do exercício do direito creditório vinculado à apresentação da cártula, isto é, do documento físico (SANTOS, Alice Guanaes.



notadamente a partir da previsão de virtualização ou de desmaterialização dos documentos em processo judicial implementada pela Lei n.º 11.419/2006, que, em suma, institui unicamente o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, na comunicação de atos e na transmissão de peças processuais. Desse modo, os títulos de créditos passaram a ser meros *bytes*, entidades, por própria natureza, de cunho imaterial⁴⁵.

Na mesma linha, Alice Guanaes Santos observa que é de clareza solar a obsolescência da conveniência dos títulos de crédito estritamente vinculados à existência de um documento físico, visto que se trata de uma condição extremamente restritiva que não acompanha a evolução da sociedade e do comércio, tampouco respeita a circulabilidade e a simplicidade tão intrínsecas e vitais aos títulos de crédito⁴⁶.

Assim, com o advento dos processos virtuais, que tramitam totalmente em ambiente eletrônico, não mais se exige a apresentação do documento original fisicamente. Isso se fundamenta na Medida Provisória (MP) n.º 2.200-2/2001, que equiparou a denominada assinatura digital Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) à assinatura manuscrita, com efeitos jurídicos de presunção de autoria e de integridade dos documentos eletrônicos assinados com base nessa ferramenta (art. 10, § 1.º)⁴⁷. Segue a mesma linha a Lei n.º 11.419/2006, sobre a informatização do processo judicial, que determina, em seu artigo 11, que os documentos anexados ao processo na forma eletrônica têm idêntico valor probante que os originais e prevê que os documentos originais devem ser mantidos pelo detentor até o trânsito em julgado da sentença⁴⁸.

Isso é ressaltado no âmbito processual pelo CPC/2015, que em nenhum dos seus dispositivos indica a necessidade de o título existir em papel⁴⁹. Nessa linha, segundo Marcelo

Mitigação da cartularidade nos títulos de crédito eletrônicos. In *Revista de Direito e as Novas Tecnologias*, São Paulo, n. 10, jan./mar. 2021. DTR\2021\3343.

⁴⁵ ESPERANDIO, Clift Russo; JORGETTO, Leonardo Felipe de Melo Ribeiro Gomes; MARTINS, Marcelo Guerra. Cartularidade versus virtualização dos títulos de crédito no processo civil eletrônico. In *Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 278, abr. 2018, p. 197.

⁴⁶ SANTOS, Alice Guanaes. Mitigação da cartularidade nos títulos de crédito eletrônicos. In *Revista de Direito e as Novas Tecnologias*, São Paulo, n. 10, jan./mar. 2021. DTR\2021\3343.

⁴⁷ MENK, Fabiano. A forma dos contratos eletrônicos. In *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, ano 8, v. 26, jan./mar. 2021, p. 93.

⁴⁸ SANTOS, Alice Guanaes. Mitigação da cartularidade nos títulos de crédito eletrônicos. In *Revista de Direito e as Novas Tecnologias*, São Paulo, n. 10, jan./mar. 2021. DTR\2021\3343.

⁴⁹ O artigo 786 do CPC/2015 apenas dispõe que a execução pode ser instaurada caso o devedor não satisfaça a obrigação certa, líquida e exigível consubstanciada em título executivo, sem qualquer menção à materialidade do documento. Nesse sentido, Dierle Nunes leciona que se trata da primeira etapa do emprego da tecnologia



Barbi e Juliana Melazzi Andrade, o artigo 783 do CPC requer que o título contenha obrigação certa, líquida e exigível; ainda, conforme o artigo 798, I, *a*, do CPC/2015, a petição inicial deverá ser instruída com “o título executivo extrajudicial”, não havendo qualquer exigência quanto à materialização em papel⁵⁰.

No mesmo sentido, o artigo 889 do Código Civil brasileiro estabelece as informações primordiais que o título de crédito deve conter, expressando em seu § 3.º: “O título poderá ser emitido a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e que constem da escrituração do emitente, observados os requisitos mínimos previstos neste artigo”.

Conceber o processo judicial eletrônico dessa forma, com a incorporação das novas tecnologias e a institucionalização dos documentos eletrônicos com plena validade, visa exatamente enfrentar o problema da notória morosidade do processo tradicional de papel, com a supressão de atos de natureza meramente burocrática⁵¹.

Com a evolução da tecnologia, leciona Tarcísio Teixeira, a confirmação da existência do crédito e sua transmissão, sua cobrança etc. podem ser feitas utilizando-se o suporte eletrônico, e o direito não pode esquivar-se ao avanço tecnológico da sociedade e do comércio⁵². Se o título contiver uma obrigação inquestionável quanto à sua existência (certa), com valor determinado e corretamente expresso (líquido) e vencido (exigível), ele poderá ser objeto de execução judicial⁵³.

É de fato necessário superar o mero formalismo que privilegia ou mesmo exige, como requisito de validade, a cartularidade nos títulos de crédito, de modo a aprimorar o tão relevante instituto do crédito, essencial ao desenvolvimento econômico de qualquer

no processo – a virtualização (NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia? In: NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual*: os impactos da virada tecnológica no direito processual. Salvador: Juspodivm, 2021, p. 27).

⁵⁰ BARBI, Marcelo; ANDRADE, Juliana Melazzi. A criação de título executivo extrajudicial eletrônico por negócio jurídico processual. In *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 14, n. 84, maio/jun. 2018, p. 59.

⁵¹ ESPERANDIO, Clift Russo; JORGETTO, Leonardo Felipe de Melo Ribeiro Gomes; MARTINS, Marcelo Guerra. Cartularidade versus virtualização dos títulos de crédito no processo civil eletrônico. In *Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 278, abr. 2018, p. 194.

⁵² TEIXEIRA, Tarcísio. Os títulos de crédito eletrônicos são viáveis? In *Revista de Direito Empresarial*, São Paulo, v. 2, n. 5, pp. 83-105, set./out. 2014, p. 89.

⁵³ TEIXEIRA, Tarcísio. Os títulos de crédito eletrônicos são viáveis? In *Revista de Direito Empresarial*, São Paulo, v. 2, n. 5, pp. 83-105, set./out. 2014, p. 91.



sociedade⁵⁴. Óbices não há para que o título executivo extrajudicial apenas exista eletronicamente, sendo passível de execução, desde que observados os requisitos legais pertinentes do título, bem como as condições mínimas de procedibilidade da execução, e desde que o título represente uma obrigação certa, líquida e exigível⁵⁵.

5. A EXECUTIVIDADE DO TÍTULO ELETRÔNICO CONFORME O POSICIONAMENTO DO STJ: EQUIPARAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL À ASSINATURA DAS TESTEMUNHAS

Como visto, com o advento das relações comerciais eletrônicas e virtuais, o contrato firmado não mais existe de modo físico, mas apenas em ambiente virtual, admitindo-se que a tecnologia confira maior dinamicidade e segurança ao negócio entabulado no documento. Mas como suprir a falta de assinatura de testemunhas na formação do contrato? A certificação digital poderia ser equiparada à falta de assinatura das testemunhas? Como admitir-se, enfim, a executividade dos contratos eletrônicos se o nosso sistema é regido pelo princípio da *nulla titulus sine lege* (não há título sem lei anterior que o defina)? Considerando que os contratos eletrônicos conferem um alto grau de certeza quanto à existência e à regularidade da obrigação, seria possível a dispensa do requisito das testemunhas para embasar o título executivo extrajudicial?

O artigo 784, III, do CPC/2015, que vem em item próprio, separado das hipóteses da escritura pública, do instrumento público e da transação referendada, exige a assinatura de duas testemunhas como elemento integrante da substância do documento particular. Inclusive, a doutrina já se manifestou no sentido de que a aposição das duas assinaturas é imprescindível, pois visa suprir a falta do agente público⁵⁶.

⁵⁴ ESPERANDIO, Clift Russo; JORGETTO, Leonardo Felipe de Melo Ribeiro Gomes; MARTINS, Marcelo Guerra. Cartularidade versus virtualização dos títulos de crédito no processo civil eletrônico. *In Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 278, abr. 2018, p. 198.

⁵⁵ “A mera existência do título executivo outorga a alguém a pretensão de executar, o qual poderá estar representado em documento físico ou eletrônico, não havendo grandes discussões quando o título eletrônico se enquadrar no tipo legal” (BARBI, Marcelo; ANDRADE, Juliana Melazzi. A criação de título executivo extrajudicial eletrônico por negócio jurídico processual. *In Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 14, n. 84, maio/jun. 2018, p. 59).

⁵⁶ SHIMURA, Sergio Seiji. *Título executivo*. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 288.



Nesse sentido é que o STJ já se posicionou, afirmando que na falta da assinatura das testemunhas não há título, e portanto, rejeitando a execução fundada em instrumento particular desprovido da assinatura das duas testemunhas no documento⁵⁷, inclusive, reformando o entendimento que a ausência das testemunhas no instrumento particular referendado pelo devedor retira-lhe a força executiva⁵⁸,

⁵⁷ “Execução. Contrato de confissão de dívida. Ausência da assinatura de testemunhas. Precedentes. Súmula n.º 83 da Corte. 1. *A jurisprudência da Corte está assentada no sentido de que a ausência da assinatura das testemunhas descaracteriza o contrato como título executivo, a teor do que dispõe o art. 585, II, do Código de Processo Civil.* 2. Recurso especial não conhecido” (STJ (3. Turma). REsp 332.926/RO. Relator: Ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Julgado em 28/05/2002. DJ 26/08/2002, p. 213, grifo nosso); “Contrato de financiamento. Título executivo extrajudicial. *Não constitui título executivo o contrato de financiamento que não contém as assinaturas de duas testemunhas.* Precedentes do STJ. Recurso especial conhecido e provido” (STJ (4. Turma). REsp 24.122/RS. Relator: Min. Barros Monteiro. Julgado em 24/08/1993. DJ 11/10/1993, p. 21322, grifo nosso); “Civil/processual. Contrato de financiamento. Falta que o desconsidera como título executivo. *Descaracteriza-se como título executivo o contrato de financiamento que não contém as assinaturas de duas testemunhas*” (STJ (3. Turma). REsp 3.831/AL. Relator: Min. Dias Trindade. Julgado em 25/02/1991. DJ 18/03/1991, p. 2800, grifo nosso); “Processual civil. Contrato de financiamento. Título executivo. Exigência. *O contrato de financiamento bancário que não se encontra assinado, também, por duas testemunhas, não é título executivo* (art. 585, II, CPC). (STJ (3. Turma). REsp 28.068/MG. Relator: Min. Dias Trindade. Julgado em 26/10/1992. DJ 23/11/1992, p. 21890, grifo nosso); “Execução. Contrato. Nota promissória embargos rejeitados. Embargos declaratórios. Multa. *O contrato com a assinatura de apenas uma testemunha é título imperfeito*, contudo subsiste a executoriedade do crédito em face da cambial, de igual valor. a aplicação da multa pela apresentação de embargos declaratórios deve ser fundamentada. Recurso parcialmente provido” (STJ (3. Turma). REsp 42.263/MG. Relator: Min. Claudio Santos. Julgado em 17/04/1995. DJ 05/06/1995, p. 16665, grifo nosso); “Processual civil. Execução. Título executivo. 1. Parata executio: nulla executio sine titulo. 2. *A falta de assinatura de duas testemunhas no contrato de financiamento implica na sua descaracterização como título executivo.* 3. Precedentes. 4. Recurso especial conhecido e provido” (STJ (4. Turma). REsp 11.745/RS. Relator: Min. Bueno de Souza. Julgado em 30/11/1992. DJ 01/02/1993, p. 465, grifo nosso); “[...] I. Não constitui título executivo o contrato particular que não preenche os requisitos do artigo 585, II, do CPC, porquanto ausente assinaturas de duas testemunhas. [...]” (STJ (3. Turma). AgRg no REsp 1096195/PR. Relator: Min. Sidnei Beneti. Julgado em 28/04/2009. DJe 11/05/2009); “[...] 2. Na espécie, o tribunal local, no bojo do voto condutor, é muito claro ao consignar que o contrato de cessão de crédito é dependente de contrato original de confissão de dívida, no qual não consta a assinatura das testemunhas instrumentárias, fazendo do manejo da ação executiva meio processual inadequado, o que não impede que a matéria venha a ser discutida pelas vias ordinárias. 3. O título de crédito é um instrumento que deve atender às exigências legais para que seja válido. O atendimento ao formalismo legal é requisito próprio do direito cambiário, para fins de proteção da segurança das partes envolvidas e daqueles que vierem a se envolver com a circulação do instrumento de crédito. 4. A ausência de qualquer requisito legal não conduz à invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem; contudo, será carente de executoriedade por ausência de característica cambial legalmente exigida. Assim porque, na espécie, desnaturado de sua natureza cambiária, o instrumento de confissão de dívida não subscrito pelas duas testemunhas, nos termos do art. 585, II, do CPC, não constitui título executivo, e a controvérsia que dele emanar há de ser dirimida pelas regras do direito comum. [...]” (STJ (4. Turma). EDcl no Ag 1386597/MS. Relator: Min. Raul Araújo. Julgado em 16/05/2013. DJe 25/06/2013).

⁵⁸ STJ (4. Turma). AgRg nos EDcl no REsp 860.188/SC. Relator: Min. Antonio Carlos Ferreira. Julgado em 25/09/2012. DJe 28/09/2012; STJ (4. Turma). REsp n. 185.624/RS. Relator: Min. Aldir Passarinho Junior. Julgado em 10/10/2000. DJ 12/02/2001, p. 119; STJ (4. Turma). REsp n. 850.083/SC. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em 07/06/2011. DJe 30/06/2011; STJ (3. Turma). REsp n. 598.094/RS. Relator: Min. Paulo Furtado, Desembargador convocado do TJBA. Julgado em 18/02/2010. DJe 03/03/2010; STJ (3. Turma). AgRg no REsp n. 1.096.195/PR. Relator: Min. Sidnei Beneti. Julgado em 28/04/2009. DJe 11/05/2009; STJ



No entanto, o STJ paulatinamente tem entendido que a assinatura das testemunhas não necessitaria ser contemporânea à do devedor, podendo ser aposta em momento posterior ao ato de criação do título executivo extrajudicial, uma vez que as testemunhas são meramente instrumentárias⁵⁹. O STJ também passou paulatinamente a aceitar uma flexibilização ainda maior, admitindo que a assinatura das testemunhas é um requisito extrínseco à substância do ato, cujo escopo é aferir a existência e a validade do negócio jurídico, podendo, em caráter absolutamente excepcional, ser suprida por outros meios idôneos⁶⁰.

(3. Turma). AgRg no Ag n. 1.052.030/SP. Relator: Min. Sidnei Beneti. Julgado em 18/09/2008. *DJe* 08/10/2008; STJ (4. Turma). REsp n. 236.662/DF. Relator: Min. Aldir Passarinho Junior. Julgado em 7/12/1999. *DJ* 13/03/2000, p. 186; STJ (4. Turma). EDcl no REsp n. 46.093/SP. Relator: Min. Cesar Asfor Rocha. Julgado em 25/06/1998. *DJ* 03/11/1998, p. 139; STJ (3. Turma). REsp n. 31.747/MG. Relator: Min. Waldemar Zveiter. Julgado em 30/03/1993. *DJ* 26/04/1993, p. 7.209.

⁵⁹ “[...] De acordo com a jurisprudência desta Corte, ‘o fato de as testemunhas do documento particular não estarem presentes ao ato de sua formação não retira a sua executoriedade, uma vez que as assinaturas podem ser feitas em momento posterior ao ato de criação do título executivo extrajudicial, sendo as testemunhas meramente instrumentárias’ [...]” (STJ (4. Turma). AgInt no AREsp 807.883/MT. Relator: Min. Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5.^a região). Julgado em 07/08/2018. *DJe* 13/08/2018); “2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, ‘o fato de as testemunhas do documento particular não estarem presentes ao ato de sua formação não retira a sua executoriedade, uma vez que as assinaturas podem ser feitas em momento posterior ao ato de criação do título executivo extrajudicial, sendo as testemunhas meramente instrumentárias’” (STJ (4. Turma). REsp 541.267/RJ. Relator: Min. Jorge Scartezini. *DJ* 17/10/2005); (STJ (4. Turma). AgInt no AREsp 1183668/SP. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em 01/03/2018. *DJe* 09/03/2018).

⁶⁰ “[...] 1. *Apenas constituem títulos executivos extrajudiciais aqueles taxativamente definidos em lei, por força do princípio da tipicidade legal (nullus titulus sine legis), sendo requisito extrínseco à substantividade do próprio ato.* 2. No tocante especificamente ao título executivo decorrente de documento particular, salvo as hipóteses previstas em lei, exige o normativo processual que o instrumento contenha a assinatura do devedor e de duas testemunhas (NCPC, art. 784, III, e CPC/73, art. 595, II), já tendo o STJ reconhecido que, na sua ausência, não há falar em executividade do título. 3. A assinatura das testemunhas é requisito extrínseco à substância do ato, cujo escopo é o de aferir a existência e a validade do negócio jurídico. O intuito foi o de permitir, quando aventada alguma nulidade do negócio, que as testemunhas pudessem ser ouvidas para certificar a existência ou não de vício na formação do instrumento, a ocorrência e a veracidade do ato, com isenção e sem preconceitos. 4. ‘A assinatura das testemunhas instrumentárias somente expressa a regularidade formal do instrumento particular, mas não evidencia sua ciência acerca do conteúdo do negócio jurídico’ (REsp 1185982/PE, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 14/12/2010, *DJe* 02/02/2011). Em razão disso, a ausência de alguma testemunha ou a sua incapacidade, por si só, não ensejam a invalidade do contrato ou do documento, mas apenas a inviabilidade do título para fins de execução, pela ausência de formalidade exigida em lei. 5. *Esta Corte, excepcionalmente, tem entendido que os pressupostos de existência e os de validade do contrato podem ser revelados por outros meios idôneos, e pelo próprio contexto dos autos, hipótese em que tal condição de eficácia executiva – a assinatura das testemunhas – poderá ser suprida.* 6. O Superior Tribunal de Justiça, em razão das disposições da lei civil a respeito da admissibilidade de testemunhas, tem desqualificado o título executivo quando tipificado em alguma das regras limitativas do ordenamento jurídico, notadamente em razão do interesse existente. A coerência de tal entendimento está no fato de que nada impede que a testemunha participante de um determinado contrato (testemunha instrumentária) venha a ser, posteriormente, convocada a depor sobre o que sabe a respeito do ato negocial em juízo (testemunha



O STJ partiu do entendimento de que a assinatura das testemunhas instrumentárias somente expressa a regularidade formal do instrumento particular, mas não evidencia sua ciência acerca do conteúdo do negócio jurídico⁶¹; logo, a ausência da testemunha não chega a ensejar a invalidade do documento. Considerando que, em casos excepcionais, os pressupostos de existência e os de validade do documento podem ser revelados por outros meios idôneos, e pelo próprio contexto dos autos, na ausência das testemunhas, não há que se falar em falta de executividade do título⁶².

Embora na dicção da lei, o documento particular, que não contenha a assinatura de duas testemunhas, não autorize a utilização da via executiva para a cobrança do crédito nele inscrito, deve-se levar em consideração a razão de ser do instituto, e a assinatura das testemunhas é um requisito extrínseco à substância do ato, cujo intuito foi permitir, quando arguida alguma nulidade do negócio, que as testemunhas pudessem ser ouvidas para

judicial). [...]” (STJ (4. Turma). REsp 1453949/SP. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em 13/06/2017. *DJe* 15/08/2017, grifo nosso).

⁶¹ STJ (3. Turma). REsp 1185982/PE. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Julgado em 14/12/2010. *DJe* 02/02/2011.

⁶² “[...] 1. Consoante jurisprudência iterativa da Casa, o documento particular, que não contenha a assinatura de duas testemunhas, não preenche os requisitos do aludido dispositivo legal, não autorizando, portanto, a utilização da via executiva para a cobrança do crédito nele inscrito (art. 585, II, do CPC). 2. *A assinatura das testemunhas é um requisito extrínseco à substância do ato, cujo escopo é o de aferir a existência e a validade do negócio jurídico; sendo certo que, em caráter absolutamente excepcional, os pressupostos de existência e os de validade do contrato podem ser revelados por outros meios idôneos e pelo próprio contexto dos autos, hipótese em que tal condição de eficácia executiva poderá ser suprida [...]*” (STJ (4. Turma). REsp 1438399/PR. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em 10/03/2015. *DJe* 05/05/2015); “[...] 1. Para que o instrumento particular sirva como título executivo, é necessário que seja assinado por duas testemunhas. Excepciona-se a regra apenas quando há comprovação da avença por outros meios [...]” (STJ (4. Turma). AgRg no AREsp 800.028/RS. Relatora: Min. Maria Isabel Gallotti. Julgado em 02/02/2016. *DJe* 05/02/2016); “[...] 1. O contrato de locação não precisa estar assinado por duas testemunhas para servir como título executivo extrajudicial. [...]” (STJ (4. Turma). AgInt no AREsp 970.755/RS. Relatora: Min. Maria Isabel Gallotti. Julgado em 21/03/2017. *DJe* 07/04/2017); “[...] DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO. FIANÇA. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO. INSTRUÇÃO. CÓPIA DO CONTRATO. ADMISSIBILIDADE. TESTEMUNHAS. ASSINATURA. DESNECESSIDADE. [...]” (STJ (5. Turma). REsp 951.649/SP. Relator: Min. Arnaldo Esteves Lima. Julgado em 17/12/2007. *DJe* 10/03/2008); “[...] INEXISTÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DE TESTEMUNHAS. MERA FORMALIDADE. [...] O Tribunal de origem concluiu ser válido o título executivo extrajudicial, pois a ausência de identificação das testemunhas constitui mera irregularidade, de acordo com jurisprudência firmada por esta Corte, a atrair a incidência do óbice da Súmula 83/STJ. [...]” (STJ (3. Turma). AgRg no AREsp 609.407/RS. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze. Julgado em 26/05/2015. *DJe* 10/06/2015); “[...] AUSÊNCIA DE ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS. MITIGAÇÃO. VALIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. 1.- Excepcionalmente, a certeza quanto à existência do ajuste celebrado pode ser obtida por outro meio idôneo, ou no próprio contexto dos autos, caso em que a exigência da assinatura de duas testemunhas no documento particular – in casu, contrato de confissão de dívida – pode ser mitigada. [...]” (STJ (3. Turma). AgRg nos EDcl no REsp 1183496/DF. Relator: Min. Sidnei Beneti. Julgado em 13/08/2013. *DJe* 05/09/2013).



certificar a existência ou não de vício na formação do instrumento, a veracidade do ato, sem preconceitos e com isenção⁶³.

Desse modo, a ausência da testemunha não é suficiente, por si só, para provocar a invalidade do contrato, mas apenas a inviabilidade do título para fins de execução, pela ausência de formalidade exigida em lei. Por isso, deve-se admitir que a eficácia executiva possa ser suprida por outros meios idôneos, visto que os pressupostos de existência e os de validade do contrato podem ser revelados por outros meios.

Nesse sentido, a prova da manifestação da vontade dos contratos no ambiente eletrônico dá-se pela utilização de certificados digitais e por meio de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, que se presume verdadeira, com base na Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

A assinatura digital de contrato eletrônico importa em um outro instrumento de verificação de autenticidade que surge na era de revolução tecnológica e visa certificar, por intermédio de terceiro desinteressado – autoridade certificadora –, que determinado usuário utilizou aquela assinatura e firmou o documento eletrônico, garantindo, assim, que aqueles dados são os mesmos do documento assinado que estão a ser sigilosamente enviados.

Trata-se de um novo instrumento de verificação de autenticidade e de presencialidade do contratante, capaz de imprimir executividade no título eletrônico.

Considerando-se que a assinatura de duas testemunhas não é requisito de validade de um contrato, prestando-se apenas a atribuir-lhe a eficácia de título executivo, em nada modificando sua validade como ajuste de vontades, ela pode ser equiparada a outro meio idôneo capaz de certificar a existência e a veracidade da formação do contrato, como a assinatura digital por meio de criptografia assimétrica.

Logo, a falta de assinatura no contrato eletrônico pode ser substituída pela certificação digital. Tal afirmação não colide com o entendimento de que o rol de títulos executivos extrajudiciais, previsto na legislação federal em *numerus clausus*, deve ser interpretado restritivamente, pois se trata de equiparar a certificação digital à assinatura de testemunhas no contrato particular para admitir o reconhecimento da executividade dos contratos eletrônicos, uma vez atendido o requisito de validade e de existência com a

⁶³ STJ (4. Turma). REsp 1453949/SP. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em 13/06/2017. *DJe* 15/08/2017.



certificação digital, dada a nova realidade comercial com o intenso intercâmbio de bens e serviços em sede virtual⁶⁴.

Assim, desde que seja utilizada assinatura digital devidamente aferida por autoridade certificadora legalmente constituída, a certificação eletrônica agrega ao título autenticidade e integridade, caso em que se equipara às testemunhas em documento físico privado. Pode assim o título ser considerado executivo, dando azo a um processo de execução, uma vez que a certificação eletrônica substitui a presença de duas testemunhas, cumprindo-se, por analogia, o requisito formal estabelecido no artigo 585, II, do CPC/1973, desde que observadas as garantias mínimas acerca de sua autenticidade e segurança.

Nesse sentido, o voto vencedor do REsp 1495920/DF⁶⁵ confirmou que o contrato eletrônico com assinatura digital equipara-se às disposições legais sobre o título executivo,

⁶⁴ Nesse sentido, Marcelo Barbi e Juliana Andrade Melazzi asseveram que não se pode negar a necessidade de o Direito acompanhar as evoluções nas relações humanas, devendo adequar-se às novas necessidades sociais, atuando em prol de uma maior praticidade e segurança nas contratações e de menores gastos (BARBI, Marcelo; ANDRADE, Juliana Melazzi. A criação de título executivo extrajudicial eletrônico por negócio jurídico processual. In *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 14, n. 84, maio/jun. 2018, p. 62).

⁶⁵ “RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTIVIDADE DE CONTRATO ELETRÔNICO DE MÚTUO ASSINADO DIGITALMENTE (CRIOGRAFIA ASSIMÉTRICA) EM CONFORMIDADE COM A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA. TAXATIVIDADE DOS TÍTULOS EXECUTIVOS. POSSIBILIDADE, EM FACE DAS PECULIARIDADES DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO, DE SER EXCEPCIONADO O DISPOSTO NO ART. 585, INCISO II, DO CPC/73 (ART. 784, INCISO III, DO CPC/2015). QUANDO A EXISTÊNCIA E A HIGIDEZ DO NEGÓCIO PUDEREM SER VERIFICADAS DE OUTRAS FORMAS, QUE NÃO MEDIANTE TESTEMUNHAS, RECONHECENDO-SE EXECUTIVIDADE AO CONTRATO ELETRÔNICO. PRECEDENTES. 1. Controvérsia acerca da condição de título executivo extrajudicial de contrato eletrônico de mútuo celebrado sem a assinatura de duas testemunhas. 2. O rol de títulos executivos extrajudiciais, previsto na legislação federal em “*numerus clausus*”, deve ser interpretado restritivamente, em conformidade com a orientação tranquila da jurisprudência desta Corte Superior. 3. Possibilidade, no entanto, de excepcional reconhecimento da executividade de determinados títulos (contratos eletrônicos) quando atendidos especiais requisitos, em face da nova realidade comercial com o intenso intercâmbio de bens e serviços em sede virtual. 4. Nem o Código Civil, nem o Código de Processo Civil, inclusive o de 2015, mostraram-se permeáveis à realidade negocial vigente e, especialmente, à revolução tecnológica que tem sido vivida no que toca aos modernos meios de celebração de negócios, que deixaram de se servir unicamente do papel, passando a se consubstanciar em meio eletrônico. 5. A assinatura digital de contrato eletrônico tem a vocação de certificar, através de terceiro desinteressado (autoridade certificadora), que determinado usuário de certa assinatura a utilizara e, assim, está efetivamente a firmar o documento eletrônico e a garantir serem os mesmos os dados do documento assinado que estão a ser sigilosamente enviados. 6. Em face destes novos instrumentos de verificação de autenticidade e presencialidade do contratante, possível o reconhecimento da executividade dos contratos eletrônicos. 7. Caso concreto em que o executado sequer fora citado para responder a execução, oportunidade em que poderá suscitar a defesa que entenda pertinente, inclusive acerca da regularidade formal do documento eletrônico, seja em exceção de pré-executividade, seja em sede de embargos à execução. 8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO” (STJ (3. Turma). REsp 1495920/DF. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em 15/05/2018. *DJe* 07/06/2018).



inclusive pela expressa previsão legal de sua regulação e validade, no artigo 10 da MP 2.200-2/2001⁶⁶.

No referido julgado, o debate jurídico circunscreveu-se à possível condição de título executivo extrajudicial de contrato eletrônico de mútuo celebrado sem a assinatura de duas testemunhas, analisando se tal hipótese seria compatível com o ordenamento jurídico.

No voto do relator, que se sagrou vencedor, o Ministro asseverou que, embora o rol de títulos executivos extrajudiciais, previsto na legislação federal em *numerus clausus*, deva ser interpretado restritivamente, “é possível extrair-se da legislação processual vigente a possibilidade de reconhecer executividade ao contrato eletrônico”, especialmente pela sua importância econômica e social, para a circulação de renda. De acordo com o Ministro, mesmo sem a assinatura de duas testemunhas, é possível a executividade dos contratos eletrônicos, pois “agrega-se a eles autenticidade e integridade mediante a certificação eletrônica, utilizando-se a assinatura digital devidamente aferida por autoridade certificadora legalmente constituída”. Em seu voto, o Ministro aduziu que, em regra, embora se exijam as testemunhas em documento físico privado para que o título seja considerado executivo, excepcionalmente, o título poderá dar azo a um processo de execução, sem a presença de duas testemunhas, como ocorre com os contratos eletrônicos, desde que observadas as garantias mínimas acerca de sua autenticidade e segurança⁶⁷.

É interessante ressaltar que, em seu pedido de vista, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva ressaltou o descompasso do ordenamento jurídico brasileiro com as revoluções tecnológicas da atualidade, notadamente as transações por meio eletrônico. Não obstante ter julgado improcedente o recurso, afirmou ao final que considera possível, ao menos em tese, reconhecer a executividade dos contratos eletrônicos que forem assinados por contratante e contratado com o uso de certificados digitais emitidos com base nos critérios da ICP-Brasil,

⁶⁶ “A lei processual, seja em relação aos títulos executivos judiciais, seja em relação aos executivos extrajudiciais traz como matriz a necessidade da existência de um ‘documento’, o que se pode identificar com a leitura das hipóteses ali arroladas. O contrato eletrônico é documento, em que pese eletrônico, e ganha foros de autenticidade e veracidade com a aposição da assinatura digital. Aliás, a lei o fez assim. O art. 10 da MP 2.200/01 considera o documento eletrônico como documento privado ou público e salienta, ainda, a veracidade das declarações nele contidas quando assinado digitalmente” (STJ (4. Turma). REsp n. 541.267/RJ. Relator: Min. Jorge Scartezzini. Julgado em 20/09/2005. DJ 17/10/2005, p. 29).

⁶⁷ STJ (3. Turma). REsp 1495920/DF. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em 15/05/2018. DJe 07/06/2018, p. 25.



equiparando-os a títulos executivos extrajudiciais, resguardando-se, evidentemente, a possibilidade de que lei posterior específica venha a regular a matéria de modo distinto⁶⁸.

A tese que prevaleceu no STJ demonstra que a assinatura das testemunhas pode ser dispensada, considerando-se, sobretudo, a elevada segurança dos certificados digitais, que, conforme já demonstrado, exigem procedimentos complexos para o uso da assinatura digital⁶⁹.

Elevou-se o contrato eletrônico, que foi equiparado aos títulos executivos exatamente ao possuir uma assinatura digital, confirmando seu alto grau de autenticidade e veracidade, o que seria próprio dos títulos executivos.

O documento eletrônico, particular, assinado pelo devedor e sem duas testemunhas não encontra, portanto, obstáculos para conter em seu bojo um ato documentado que apresente obrigação certa, líquida e exigível e que cumpra a formalidade disposta no artigo 784, inciso III, do CPC. A assinatura de duas testemunhas seria dispensada quando se garante, por meios virtuais legais e idôneos, a regularidade da obrigação ali disposta, isto é, que realmente existe o documento e foi assinado pelo devedor naqueles termos, uma vez que a certeza da existência do direito é substituída por sistemas eletrônicos que atestem sua regularidade.

Em suma, o rol de títulos executivos extrajudiciais, previsto na legislação federal em *numerus clausus*, deve ser interpretado restritivamente, conforme pacífica orientação do STJ⁷⁰. Contudo, pela importância econômica e social, para a circulação de renda, deve-se extrair da legislação processual vigente a possibilidade de reconhecer executividade ao contrato eletrônico que for assinado por contratante e contratado com o uso de certificados digitais emitidos com base nos critérios da ICP-Brasil. Nesse sentido, o reconhecimento da executividade de títulos eletrônicos é uma consequência dos avanços tecnológicos e das relações sociais e econômicas contemporâneas, o que, conforme assevera Dierle Nunes,

⁶⁸ STJ (3. Turma). REsp 1495920/DF. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em 15/05/2018. DJe 07/06/2018, p. 41.

⁶⁹ BARBI, Marcelo; ANDRADE, Juliana Melazzi. A criação de título executivo extrajudicial eletrônico por negócio jurídico processual. In *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 14, n. 84, maio/jun. 2018, p. 60.

⁷⁰ STJ (3. Turma). REsp 1495920/DF. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Julgado em 15/05/2018. DJe 07/06/2018, p. 9.



confere maior dinamicidade aos procedimentos, tornando-os menos rígidos para melhor adaptá-los ao direito material em debate⁷¹.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução judicial necessariamente deve ser amparada por um título executivo, assim concebido por uma norma legal processual que atribua eficácia executiva a determinado fato jurídico documentalmente representado e que preveja uma obrigação certa, líquida e exigível.

Nesse sentido, o documento firmado unicamente em ambiente virtual reconhecidamente é capaz de cumprir integralmente os requisitos necessários para possuir executividade, em nada se diferenciando do documento existente fisicamente. O debate torna-se controverso quando se enfrenta a possibilidade de dispensa da assinatura de duas testemunhas (requisito expresso em lei) para a incidência da executividade do documento particular assinado pelo devedor, quando firmado em meio virtual e garantido por certificação eletrônica com a idoneidade de notório conhecimento.

Nesse sentido, o STJ possui precedentes, pela possibilidade de dispensa das testemunhas, considerando que o documento eletrônico com certificado digital de garantia da sua autenticidade e veracidade faz as vezes das testemunhas, atestando a lisura do negócio, conferindo um grau de legitimidade até mesmo maior que as duas testemunhas.

Assim, em um contexto recente de virada tecnológica do direito, o processo não pode posicionar-se à margem das influências tecnológicas que já são uma realidade em todos os âmbitos. Os contratos eletrônicos são uma realidade. Rebaixá-los a uma relevância menor do que a de outros documentos por apenas terem sido firmados presencialmente e com testemunhas (as quais, na maioria das vezes, nem presenciam a formação do ato jurídico, conforme não exige o STJ) parece uma tremenda incongruência.

⁷¹ NUNES, Dierle; ANDRADE, Tatiane Costa de. Tecnologia a serviço da efetividade na execução: uma alternativa aos dilemas do art. 139, IV, CPC: iniciando a discussão. *In Revista de Processo*, São Paulo, v. 45, n. 303, maio 2020a, p. 424.



É notória a relevância do interesse público, social e econômico de se atribuir eficácia executiva ao documento eletrônico com certificação digital (mesmo diante da crítica do extenso rol de títulos executivos).

Os fundamentos da concepção de um título executivo não são perdidos pela sua formação em ambiente eletrônico e com certificados digitais atestando a validade da relação jurídica entabulada, mas, ao oposto, são fomentados, garantindo maior certeza ao direito previsto e, principalmente, permitindo maior dinamicidade ao direito, acompanhando as relações sociais e o avanço tecnológico, que conferem um alto grau de veracidade e circulação.

REFERÊNCIAS:

- ASSIS, Araken de. *Manual de execução*. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- ASSIS, Araken de. *Manual da execução*. 19. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- BARBI, Marcelo; ANDRADE, Juliana Melazzi. A criação de título executivo extrajudicial eletrônico por negócio jurídico processual. In *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Porto Alegre, v. 14, n. 84, p. 49-63, maio/jun. 2018.
- CARNELUTTI, Francesco. Documento e negozio giuridico. In *Rivista di Diritto Processuale Civile*, Padova, 1926, v. 3, n. 1, pp. 181-220, 1926.
- COSTA, Rosalina Moitta Pinto da Costa. Um estudo sobre as condições da ação na execução: tudo como dantes no quartel de Abrantes? In *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 28, n. 110, p. 265-292, abr./jun. 2020.
- CUEVA, Ricardo Villas Bôas. Inteligência artificial no Judiciário. In NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021. pp. 79-92.
- DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil: execução*. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 5.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução civil*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 1994.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. v. 4.



- ESPERANDIO, Clift Russo; JORGETTO, Leonardo Felipe de Melo Ribeiro Gomes; MARTINS, Marcelo Guerra. Cartularidade versus virtualização dos títulos de crédito no processo civil eletrônico. *In Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 278, pp. 193-211, abr. 2018.
- GRAMSTRUP, Erik Frederico. Contratos eletrônicos: formação, consentimento, lei e jurisdição aplicável. *In Revista de Direito Recuperacional e Empresa*, São Paulo, v. 8, abr./jun. 2018. DTR\2018\14259.
- HILL, Flávia Pereira. Produção antecipada da prova para a busca de bens no patrimônio do devedor: rumo a uma execução mais efetiva e racional. *In Revista Eletrônica de Direito Processual*, Rio de Janeiro, ano 15, v. 22, n. 2, p. 302-322, maio/ago. 2021.
- LIEBMAN, Enrico Tullio. *Embargos do executado*. Tradução de J. Guimarães Menegale. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.
- LIMA, Alcides de Mendonça. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro, Forense, 1974. v. 6, tomo 2.
- MEDINA, José Miguel Garcia. *Execução: teoria geral, princípios gerais, procedimento no processo civil brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- MEDINA, José Miguel Garcia. *Execução: teoria geral, princípios gerais, procedimento no processo civil brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- MENK, Fabiano. A forma dos contratos eletrônicos. *In Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, ano 8, v. 26, pp. 85-113, jan./mar. 2021.
- MICHELI, Leonardo Miessa de. Títulos executivos: da contribuição de Liebman e Carnelutti aos aspectos atuais. *In Revista de Processo*, São Paulo, v. 39, n. 227, pp. 125-137, jan. 2014.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
- NUNES, Dierle. Virada tecnológica no direito processual e etapas do emprego da tecnologia no direito processual: seria possível adaptar o procedimento pela tecnologia? *In* NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro (org.). *Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual*. Salvador: Juspodivm, 2021. pp. 17-54.



- NUNES, Dierle; ANDRADE, Tatiane Costa de. Tecnologia a serviço da efetividade na execução: uma alternativa aos dilemas do art. 139, IV, CPC: iniciando a discussão. *In Revista de Processo*, São Paulo, v. 45, n. 303, pp. 423-448, maio 2020a.
- NUNES, Dierle; ANDRADE, Tatiane Costa de. Tecnologia a serviço da efetividade na execução: uma alternativa aos dilemas do art. 139, IV, CPC: mais um passo na discussão - PT 2. *In Revista de Processo*, São Paulo, v. 45, n. 304, pp. 339-361, jun. 2020b.
- NUNES, Dierle; PAOLINELLI, Camilla Mattos. Novos designs tecnológicos no sistema de resolução de conflitos: ODR, e- acesso à justiça e seus paradoxos no Brasil. *In Revista de Processo*, São Paulo, v. 46, n. 314, pp. 395-425, abr. 2021.
- SANTOS, Alice Guanaes. Mitigação da cartularidade nos títulos de crédito eletrônicos. *In Revista de Direito e as Novas Tecnologias*, São Paulo, n. 10, jan./mar. 2021. DTR\2021\3343.
- SCARPARO, Eduardo. Direito material, processo e título executivo. *In Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, v. 26, n. 103, pp. 109-124, jul./set. 2018.
- SHIMURA, Sergio Seiji. *Título executivo*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- TEIXEIRA, Tarcísio. Os títulos de crédito eletrônicos são viáveis? *In Revista de Direito Empresarial*, São Paulo, v. 2, n. 5, pp. 83-105, set./out. 2014.
- THEODORO JR., Humberto. *Processo de execução e cumprimento da sentença*. 29. ed. São Paulo: Leud, 2017.